



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
PUBLICADO CONF. ART. 145 DA LOM

Redação: 03/03/2021

Silvestre Monteiro Falcão Valente
Secretário Mun. de Administração
Decreto nº 001/21

Republicado em 04/02/2021, 17/02/2021 e 03/03/2021 com algumas alterações.

DECRETO Nº 030, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre as medidas de enfrentamento ao Novo Coronavírus no âmbito do Município de Redenção, bem como a adequação e aplicação do programa RETOMAPARÁ do Governo do Estado do Pará na manutenção e retomada de atividades classificadas como não essenciais em Redenção.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO-PA**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do Art. 65, da Lei Orgânica do Município de Redenção, e

CONSIDERANDO as disposições do Art. 23, II e Art. 30, VII da Constituição Federal que estabelecem as competências de forma concorrentes e cooperativas entre a União, Estados e Municípios nas questões que versem sobre saúde pública.

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo STF na ADI nº 6341, em 15 de abril de 2020, estabelecendo a competência de Estados e Municípios, em cooperação com a União, para também legislar e decidirem quanto as medidas de enfrentamento ao COVID-19.

CONSIDERANDO as disposições estabelecidas pelo Art. 1º da Lei nº 13.979/2020 que estabelece as medidas que podem ser adotadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional.

CONSIDERANDO as disposições contidas no Art. 2º da Lei nº 12.608/12, a qual atribui ao Município a competência na adoção de medidas necessárias à redução dos riscos de desastres nos seus limites.

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual nº 800/2020, bem como suas recentes alterações, no qual se promove a implantação do programa RETOMAPARÁ quanto a retomada das atividades classificadas como não essenciais e as medidas sanitárias preconizadas para esses estabelecimentos.

CONSIDERANDO a necessidade paralela de se minimizar os efeitos decorrentes da Pandemia causada pelo COVID-19 no âmbito econômico, observando a implementação de medidas restritivas que possibilitem o funcionamento de determinados setores da economia local.

DECRETA:

Art. 1º Determinar o estabelecimento de medidas de enfrentamento imediato do COVID-19 no âmbito do Município de Redenção, compreendendo o **período entre 00:00 do dia 05 de março de 2021 às 23:59 do dia 19 de março de 2021**, podendo ainda ter a sua prorrogação por inferior, igual ou superior prazo conforme a situação exigir.

Art. 2º Fica suspenso, pelo prazo estabelecido pelo Art. 1º, o seguinte:

- I - o licenciamento e/ou autorização para eventos, reuniões, manifestações e/ou aglomerações, de caráter público ou privado e de qualquer espécie;
- II - a utilização de ponto biométrico nos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, devendo ser adotado outro meio que ateste a frequência;
- III - o atendimento presencial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, quando este puder ser mantido de modo eletrônico ou telefônico;

REPUBLICADO
EM 04/02/2021
EM 17/02/2021
EM 03/03/2021
COM ALGUMAS
ALTERAÇÕES



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

IV - o agendamento de novos eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo Municipal, ainda que fora do prazo mencionado no *caput* deste artigo, enquanto estiver vigente o presente Decreto; e

V - a concessão e o gozo de férias, licença-prêmio ou licença para tratar de interesses particulares nos órgãos e entidades da área de segurança pública e de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia.

§1º. Ficam excepcionados do inciso I, do *caput* deste artigo, os locais de funcionamento essencial tais como hospitais, farmácias, supermercados, órgãos de segurança e outros congêneres.

§2º. Ficam suspensas a realização de feiras culturais em espaços públicos ou privados pelo período de vigência do presente decreto.

§3º. Os leilões, modelo de negócio jurídico comum para compra e venda de gado no âmbito do Município de Redenção, também estão entre as exceções elencadas no presente artigo, devendo os seus promotores observar:

I – a realização do evento em local apropriado, arejado e ventilado, mesmo que possua sistema de refrigeração, com a disponibilização aos presentes de meios de assepsia admitidos para o enfrentamento da pandemia em locais de fácil acesso;

II – além das licenças habituais, os promotores do leilão deverão obter autorização expressa da vigilância sanitária do município para cada evento;

III – a sanitização do espaço antes e depois da realização do leilão, bem como a assepsia constante dos locais e objetos de uso comum, em intervalo não superior à 1h (uma hora) entre uma manutenção e outra;

IV – nos estabelecimentos próprios para leilões, o número de presentes não poderá exceder 50 (cinquenta) pessoas, independentemente da capacidade total do local, os quais deverão ser acomodados em cadeiras e mesas nas condições estabelecidas através da Nota Técnica nº 05, Anexo II deste Decreto, no que se refere à quantidade de cadeiras por mesas e a respectiva distância a ser observada, devendo ainda encerrar seus eventos até às 22h do dia previsto para sua realização;

V – a oferta de bebidas e comidas aos participantes do leilão, seja de forma onerosa e/ou gratuita, deverá observar todas as regras e condicionantes constantes da Nota Técnica nº 05, Anexo II deste Decreto;

VI – o uso obrigatório de máscara aos presentes, bem como a aferição de temperatura destes ao entrarem, além da assepsia estabelecida na Nota Técnica nº 05, Anexo II deste Decreto, devendo impedir a entrada daqueles que apresentarem temperatura acima do limite estabelecido, ou qualquer dos sintomas típicos da COVID-19, ou ainda se recusem a qualquer condicionante estabelecida para entrada e permanência no local.

§ 4º. As áreas públicas de uso comum como praças, parques e seus aparelhos, incluindo o Parque Ambiental do Município e o canteiro central das praças, permanecerão fechadas durante o período aqui estabelecido, devendo os gestores públicos responsáveis pela suas respectivas conservações e manutenções, adotarem as medidas necessárias que garantam o cumprimento do aqui previsto.

§5º. O prazo estabelecido no *caput* repercute sobre todas as demais determinações e recomendações estabelecidas pelo presente decreto, excetuando-se a constante do §1º do Artigo 4º.

Art. 3º Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta poderão, a seu critério, autorizar:

I - a realização de trabalho remoto, especialmente aos servidores e empregados públicos que:



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

- a) tenham idade maior ou igual a 60 (sessenta) anos;
- b) estejam grávidas ou sejam lactantes;
- c) apresentem doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência, devidamente comprovadas por atestado médico público ou privado;
- d) apresentem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), independente de atestado médico; ou
- e) tenham retornado de viagem a local onde haja casos confirmados de transmissão sustentada da COVID-19;

§1º. No caso do inciso I, alínea “e”, o período de afastamento, a contar do regresso da viagem, será de 14 (quatorze) dias.

§2º. Os titulares dos órgãos, entidades e autarquias aqui enumerados, podem ainda estabelecer regime de escala de serviço, de acordo com a sua necessidade, respeitando os limites de horas e respectivas jornadas dos servidores.

Art. 4º. Observado o disposto neste Decreto, fica mantido o expediente em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, devendo observar todas as regras e condutas previstas neste Decreto e nos demais instrumentos legais de enfrentamento à COVID-19.

§ 1º. Considerando a colocação da Região do Araguaia Paraense em Bandeira Vermelha, ficam suspensas as aulas presenciais nos estabelecimentos de ensino público e privado que funcionam em Redenção, bem como os estabelecimentos de cursos livres, devendo todas as instituições promoverem as ações que garantam a oferta do ensino por meio remoto.

§2º. Nas secretarias ou autarquias municipais nas quais o serviço de atendimento ao público são essenciais, somente será admitida a entrada de pessoas que estejam usando máscaras, devendo os serventuários de tais repartições proceder de igual forma para com o uso do equipamento de proteção.

Art. 5º. Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta da área de segurança pública e de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia poderão, a seu critério, interromper ou suspender os afastamentos dos seus agentes, a fim de atender ao interesse público.

Parágrafo único. Fica excepcionado desde já aqueles agentes que estiverem de férias ou licença no exterior.

Art. 6º. Respeitadas as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), a Secretaria Municipal de Saúde deverá adotar medidas complementares de controle sanitário no aeroporto (*lato sensu*) e terminais rodoviários.

Art. 7º. Seguindo as diretrizes dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Saúde, todo cidadão que adentrar no Território do Município de Redenção, proveniente do exterior ou de local onde haja casos confirmados de transmissão sustentada da COVID-19, deverá seguir os protocolos indicados, que recomendam isolamento domiciliar de no mínimo 14 (quatorze) dias.

§1º. É obrigatório o uso de máscaras de proteção individual para circulação em praças, calçadas e vias públicas, bem como para entrar em prédios e repartições públicas, além da mesma obrigatoriedade para entrada em estabelecimentos comerciais, industriais e espaços de prestação de serviços.

§2º. Fica autorizado aos órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização dos serviços públicos do Município a promoverem as ações fiscalizadoras necessárias quanto ao cumprimento do presente decreto, auxiliando a Vigilância Sanitária de Redenção naquilo que for solicitado.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

§3º. O descumprimento do uso de máscara de proteção individual ou de qualquer outra medida estabelecida para fins de enfrentamento da pandemia mundial por parte do munícipe implicará na sua autuação por violação de norma sanitária, bem como do agente público ou privado que permitir a sua entrada em suas dependências, sujeitando-os a:

I – quanto ao munícipe, multa no valor de **R\$100,00 (cem reais)**, além do seu encaminhamento à autoridade policial para os procedimentos relativos ao cometimento do crime previsto no Art. 268 do Código Penal.

II – quanto ao agente público ou privado que permitir a entrada de pessoas sem o uso de máscara de proteção individual nas dependências da qual é o responsável ou gerente, multa de **R\$500,00 (quinhentos reais)**, a qual será dobrada em caso de reincidência, estando suscetível aos procedimentos criminais relativos ao cometimento de crime previsto no Art. 268 do Código Penal.

III - quanto ao estabelecimento infrator, além dos atos administrativos de suspensão do alvará de funcionamento e lacração do local, haverá ainda aplicação de multa na ordem de **R\$10.000,00 (dez mil reais)**

IV – além do aqui previsto, as empresas, prestadores de serviços e comércio em geral que descumprirem as medidas aqui estabelecidas sujeitam-se ainda a suspensão de suas atividades pelo período ininterrupto de 07 (sete) dias contados da notificação, bem como o cancelamento do alvará de funcionamento e lacração do local em caso de reiteração de conduta no período aqui declinado, além das medidas criminais pertinentes, conforme estabelecido pelo Art. 19 deste Decreto.

§4º. Fica estabelecida a restrição na circulação de pessoas no âmbito do Município de Redenção no horário compreendido entre as 22h às 05h, pelo período de vigência deste Decreto, salvo por motivo de força maior devidamente justificado, punindo-se o infrator nas disposições do §3º, I deste artigo 7º.

§5º. O descumprimento das medidas elencadas no caput acarretará a responsabilização civil, administrativa e penal do agente infrator, nos termos da Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020.

Art. 8º. Os prestadores, públicos ou privados, de serviço de transporte de passageiros ficam obrigados a disponibilizar álcool em gel 70% para uso individual dos passageiros, bem como a higienizar capacetes, bancos, pisos, corrimões e demais áreas de uso comum com desinfetante hipoclorito de sódio a 0,1% a cada conclusão de trajeto.

Art. 9º. A comercialização do álcool em gel 70% no âmbito do Município de Redenção fica limitada de acordo com o critério a ser adotado por cada estabelecimento que, por sua vez, não poderá permitir que tal número ultrapasse 05 (cinco) unidades por pessoa.

Art. 10. Facultar a reabertura de restaurantes, lanchonetes, conveniências, soverterias e similares no período estabelecido no presente decreto, desde que respeitada a limitação do fluxo máximo de 50% (cinquenta por cento) de suas respectivas capacidades de atendimento, bem como a Nota Técnica nº 005 da Vigilância Sanitária do Município de Redenção, Anexo II do presente Decreto, além de todas as demais Notas Técnicas condicionantes pertinentes e previstas no presente dispositivo.

§ 1º. Os estabelecimentos que possuem funcionamento em horário noturno deverão encerrar suas atividades impreterivelmente às 22h, não sendo admitido justificativa para manutenção de funcionamento em horário superior ao aqui delimitado.

§ 2º. A permissão aqui estabelecida para restaurantes e lanchonetes contempla inclusive aqueles localizados em praças esportivas, clubes e balneários, os quais devem seguir todas as normas e condicionantes estabelecidas na Nota Técnica nº 005, bem como observar o horário de funcionamento estipulado;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

§ 3º. Fica proibida a comercialização de bebidas alcóolicas por parte das conveniências no período estabelecido pelo Artigo 1º do Decreto, sujeitando o seu infrator à todas as sanções previstas no Art. 7º, §§ 3º e 4º deste.

§ 4º. Os bares, casas noturnas, boates e similares ficam com a suspensão do seu funcionamento pelo prazo aqui estabelecido, bem como a realização de eventos com música ao vivo ou som mecânico ou automotivo, inclusive em restaurantes, balneários, lanchonetes, pelo período previsto neste Decreto, admitindo-se unicamente o som ambiente para estes.

§ 5º. Observado os critérios técnicos estabelecidos pela Nota Técnica nº 005, no que se refere a distanciamento entre mesas e respectivas cadeiras, somente será admitido o número máximo de 06 (seis) pessoas por mesa, desde que possua dimensões para tal, sendo admitido juntar mais uma mesa para que a capacidade aqui estabelecida seja atendida, devendo tal condicionante ser respeitada em todos os estabelecimentos aqui elencados;

§ 6º. Fica facultado as praças esportivas e de lazer particulares a retomada de suas atividades, desde que observado todo o protocolo estabelecido na Nota Técnica nº 09 da Vigilância Sanitária Municipal, bem como o horário de funcionamento, o qual não poderá ultrapassar as 22h;

§ 7º. A faculdade estabelecida pelo §6º deste artigo 10 do presente decreto se estende as áreas comuns dos condomínios e edifícios residenciais, ficando cada residencial responsável por estabelecer os protocolos, horários e condições de uso de referidas áreas;

§ 8º. Diante da condição de atividade de lazer e entretenimento, fica facultado aos cinemas a retomada de suas atividades devendo, para tanto, observar as regras e condicionantes estabelecidas pela Nota Técnica nº 006 da Vigilância Sanitária do Município de Redenção.

§ 9º. Descumprimento de qualquer das condicionantes aqui estabelecidas, bem como quanto a Nota Técnica nº 005 da Vigilância Sanitária do Município de Redenção, implicará na aplicação das sanções estabelecidas pelas disposições do § 3º do Art. 7º deste Decreto, além de todos os demais dispositivos que o presente decreto permite aplicação.

Art. 11. Fica autorizada a realização de eventos particulares, tais como casamentos, aniversários, formaturas, desde que sejam promovidos em ambientes abertos, arejados e particulares, devendo ainda observar:

I – a autorização expressa e indispensável da Vigilância Sanitária do Município para sua realização, após requerimento formal do interessado (modelo Anexo IX), o qual deverá indicar data, local, horário e responsável pelo evento, sob as penalidades aqui previstas neste Decreto em caso de descumprimento.

II - limite máximo de 50 (cinquenta) pessoas por evento, devidamente acomodados em cadeiras e em quantidade não superior a 04 (quatro) por mesa, as quais deverão observar os distanciamentos estabelecidos na Nota Técnica nº 05 da Vigilância Sanitária Municipal.

III – a sanitização do local antes da realização do evento, bem como a assepsia constante dos locais e objetos de uso comum, em intervalo não superior à 1h (uma hora) entre uma manutenção e outra;

IV – em eventos nos quais ocorra a oferta de bebidas e comidas aos participantes, deverá ser observado todas as regras e condicionantes constantes da Nota Técnica nº 05, Anexo II deste Decreto;

V – o uso obrigatório de máscara aos presentes, bem como a aferição de temperatura destes ao entrarem no local, além da assepsia estabelecida na Nota Técnica nº 05, Anexo II deste Decreto, devendo impedir a entrada daqueles que apresentarem temperatura acima do limite estabelecido, ou

MARCELO FRANCA
BORGES ANDRÉ
21



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

qualquer dos sintomas típicos da COVID-19, ou ainda se recusem a qualquer condicionante estabelecida para entrada e permanência no local.

§1º: O horário limite para término do evento devidamente autorizado é o mesmo previsto nas disposições do §1º do Art. 10 do presente Decreto, não podendo ultrapassar às 22h.

§2º. O responsável pelo evento tem a obrigação de fazer cumprir todas as condicionantes aqui estabelecidas, sob pena das sanções estabelecidas no § 3º do Art. 7º deste Decreto.

Art. 12. Facultar a reabertura das academias, locais de treinamentos físicos e artes marciais, similares, pelo período de vigência do presente decreto, desde que sejam respeitadas e cumpridas as exigências da Nota Técnica nº 004, Anexo I deste Decreto Municipal, bem como a limitação de atendimento ao fluxo máximo de 50% (cinquenta por cento) de suas respectivas capacidades de atendimento.

§1º. O funcionamento facultado pelo caput está condicionado à autorização e vistoria prévia da Vigilância Sanitária do Município de Redenção, quanto ao cumprimento das exigências estabelecidas pela Nota Técnica nº 004, mediante requerimento direcionado à mesma pelo interessado no funcionamento, cujo modelo é o Anexo VI do presente Decreto.

§2º. Por mais que as academias, locais de treinamentos físicos e artes marciais integrem o rol de atividades essenciais, o seu horário de funcionamento, como de todos os demais estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, será limitado até as 22h.

Art. 13. Além das atividades classificadas como essenciais pelo Decreto Municipal nº 166/2020, as atividades classificadas como não essenciais poderão retomar o seu funcionamento, excetuando-se as atividades elencadas no § 4º do Art. 10, devendo observar:

I – as recomendações estabelecidas pelo Ministério da Saúde e vigilância sanitária quanto a assepsia do local, móveis e demais objetos utilizados no desenvolvimento da atividade, bem como a ventilação do espaço;

II – facilitação do acesso ao álcool 70% ou qualquer outro meio de assepsia admitido pelos órgão de vigilância, sinalizando o acesso de forma clara ao seu cliente;

III – respeito ao distanciamento mínimo entre pessoas estabelecido pelas organizações de saúde, incluindo os colaboradores do estabelecimento.

IV – proibição de entrada no estabelecimento de clientes que não estejam fazendo uso de máscaras de proteção individual.

V – limitação nos estabelecimentos em geral de fluxo de clientes em apenas 50% (cinquenta por cento) de suas capacidades totais.

VI – limitação de horário de funcionamento até no máximo 22h para o comércio em geral, excetuando-se os hospitais, farmácias, empresas de segurança.

§1º. Os estabelecimentos comerciais do Município de Redenção, independentemente de sua classificação como essencial ou não, além das regras estabelecidas pelo caput deste artigo, funcionarão com outras restrições, observando as normas de prevenção e demais determinações do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, destacando:

I – afastamento preventivo dos colaboradores com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, bem como os portadores de doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência, devidamente comprovadas por atestado médico público ou privado.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

II – afastamento temporário do colaborador que apresentar os sintomas do COVID-19, o qual deverá, no prazo de 03 (três) dias, contados do seu afastamento, apresentar ao seu empregador, declaração da Comissão de Operações Especiais – COE, da Secretaria Municipal de Saúde, atestando o seu atendimento ou atestado médico pertinente.

III – os empresários e comerciantes deverão fornecer aos seus colaboradores os Equipamentos de Proteção Individuais – EPI's recomendados para o enfrentamento do COVID-19, bem como acesso facilitado a álcool em gel e demais meios de assepsia admitidos pelo Ministério da Saúde como eficaz no combate da pandemia.

IV – os empresários e comerciantes deverão proporcionar a assepsia necessária aos seus clientes/consumidores ao entrarem em seus estabelecimentos, bem como a assepsia dos carrinhos e cestas por eles utilizados para realização das compras.

V – deverá ser mantido um distanciamento mínimo de 1,5m entre os colaboradores e entre colaboradores e clientes/consumidores presentes no local.

VI – a assepsia e limpeza do estabelecimento, incluindo piso, balcões, maçanetas e todas as demais superfícies deverão ser realizadas, no mínimo, a cada 2h (duas horas) ao longo do seu funcionamento.

VII – a ventilação e circulação de ar ambiente deverá ser garantida pela manutenção da abertura de portas e janelas.

VIII – não será permitida a permanência prolongada dos clientes/consumidores dentro dos estabelecimentos, devendo os empresários e comerciantes garantirem um atendimento que evite aglomerações no local, respeitando o fluxo máximo de clientes em apenas 50% (cinquenta por cento) de suas capacidades totais.

IX – os empresários e comerciantes deverão promover, dentro do seu estabelecimento, mediante folhetos, áudios e/ou vídeos, as informações e orientações para prevenção e enfrentamento ao COVID-19.

§2º. O comércio local geral, na realização de suas ações de marketing promocional, deverá enfatizar todas as práticas que visem o distanciamento social, o uso de máscara e a assepsia das mãos para fins de atendimento de sua clientela.

§3º. O funcionamento das barbearias e salões de beleza fica condicionado ao cumprimento de todas as recomendações firmadas pela Vigilância Sanitária do Município de Redenção, através da Nota de Recomendação de nº 005/2020, Anexo III, sob as penalidades previstas no presente decreto, além daquelas estabelecidas pela legislação pertinente, destacando:

I – O profissional deverá, obrigatoriamente, promover a higienização de suas mãos, mediante lavagem com água e sabão ou álcool em gel, bem como dos seus utensílios de trabalho, desinfetando os mesmos antes e depois de cada atendimento;

II – limpeza de bancadas, cadeiras, maçanetas, piso, mediante uso de água sanitária e/ou álcool 70%, antes e depois de cada atendimento;

III – promover o atendimento usando máscaras e aventais descartáveis;

IV – promover o atendimento de apenas 01 (um) cliente por vez, por profissional, priorizando a prestação de serviço mediante agendamento prévio.

V – evitar a formação de fila de espera, a qual não poderá exceder ao número de 02 (dois) clientes por estabelecimento, devendo tais clientes manterem o distanciamento estabelecido no presente Decreto, bem como os demais cuidados previstos para enfrentamento da COVID-19;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

VI – as barbearias e salões que possuam mais de 05 (cinco) funcionários, deverão estabelecer sistema de rodízio e agendamento de acordo com o número de profissionais.

VII – manter o ambiente arejado e ventilado, disponibilizando meios de assepsia das mãos aos clientes e profissionais, mediante lavagem com água e sabão ou álcool 70%.

§4º. Os salões de beleza e barbearias que, mesmo o que comprovadamente se utilizam de agendamento de horários dos seus clientes, seja ele físico ou eletrônico, também devem encerrar suas atividades às 22h, conforme estabelecido pelo caput deste artigo.

§5º. Especificamente quanto às agências bancárias, deverão as mesmas cumprir, ao longo do seu funcionamento com:

I – A assepsia das portas, especialmente a giratória, maçanetas, balcão de atendimento, caixas eletrônicos, disponibilizando álcool 70% ou álcool em gel de mesmo percentual;

II – Demarcação das áreas internas e externas de atendimento ao público, incluindo as calçadas, garantindo o distanciamento mínimo de 1,5m entre cada usuário, procedendo de igual forma para com as áreas nas quais se dá a formação de filas para uso de seus serviços, mesmo quando estas ultrapassarem a testada do prédio da agência.

III – Permanência de um servidor na parte externa da agência, durante todo o expediente bancário, ao qual fica incumbida a obrigação de promover a organização da fila, além das orientações e atendimentos que agilizem os serviços, bem como o controle da quantidade de usuários no interior da agência, evitando a aglomeração de pessoas no local.

IV – Promoção de todo o necessário quanto ao cumprimento das disposições da Lei Municipal nº 692/15, no que se refere ao atendimento do usuário e todas as demais culminações legais ali estabelecidas no âmbito do Município de Redenção.

V – Proibição de entrada nas agências de usuários que não estejam usando máscara de proteção individual.

§6º. Todos os estabelecimentos elencados neste artigo 13, deverão, obrigatoriamente exigir, e, facultativamente fornecer, para sua clientela, máscara de proteção individual para acessar suas dependências, devendo impedir a entrada daqueles que se recusarem a fazer uso.

§7º. O horário de funcionamento do comércio em geral, essencial ou não essencial, excetuando-se os hospitais, farmácias, postos de combustíveis e atividades de segurança, será permitido somente até as 22h, configurando violação e passivo das sanções aqui estabelecidas, aquele que o desrespeitar.

§8º. A limitação quanto ao horário de funcionamento também repercute em relação aos estabelecimentos que trabalham com delivery, devendo as entregas encerrarem no referido horário.

Art. 14. A manutenção da suspensão e/ou fechamentos pelo período aqui indicado se aplica aos shows artísticos e culturais, de custeio público ou privado, em ambientes abertos ou fechados, bem como passeatas, cavalgadas, parques exposição e diversão e similares.

§1º. Os eventos de caráter privado, mesmo de ordem familiar, que implique na aglomeração de pessoas que não vivam na mesma unidade habitacional, estão suspenso pelo período enumerado neste decreto, excetuando-se os casos em que haja expressa autorização da Vigilância Sanitária;

§2º. O funcionamento das feiras livres habituais do Município de Redenção terá a sua atividade limitada ao comércio de hortifrutigranjeiros, açougues e demais gêneros alimentícios, devendo ser observado o regimento geral estabelecido pela Nota de Recomendação da Vigilância Sanitária quanto ao funcionamento e manuseio dos produtos.

§3º. As demais atividades executadas na feira livre não classificadas como hortifrutigranjeiros, de acordo com a sua natureza, deverão observar o estabelecido pelos artigo 10 e artigo 13, em seu §1º e incisos, do presente decreto, quanto ao seu desenvolvimento.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 15. Os passageiros de ônibus, vans e/ou qualquer tipo de veículo de transporte coletivo interestadual ou oriundos de áreas dentro do Estado do Pará no qual há confirmação de casos do COVID-19, que desembarcarem no Município de Redenção, obrigatoriamente serão submetidos à triagem médica realizada em unidade de saúde designada para tal finalidade, onde será estabelecido por profissional médico, de acordo com o caso, a quarentena ou isolamento social.

Art. 16. As entidades religiosas, apesar da faculdade de retomada de suas celebrações, deverão adotar as medidas de contingenciamento e assepsia necessárias em seus cultos, incluindo limitação quanto ao número de fiéis que se farão presentes ao ato, observado o seguinte critério:

I – locais de culto com a capacidade de até 100 pessoas, o número máximo admitido será de 30 pessoas por reunião;

II - locais de culto com a capacidade de até 300 pessoas, o número máximo admitido será de 65 pessoas por reunião;

III - locais de culto com a capacidade superior a 300 pessoas, o número máximo admitido será de 100 pessoas por reunião;

§ 1º. Em caso de decisão pela realização da reunião de culto, deverão os responsáveis e líderes religiosos adotarem as medidas estabelecidas pelo Ministério da Saúde quanto ao distanciamento mínimo entre os presentes, assepsia do local e assentos, fornecimento de álcool em gel, álcool 70º aos presentes e/ou meio de constante assepsia das mãos e demais disposições.

§ 2º. Deverão as entidades religiosas que decidirem pela realização de seus cultos, não ultrapassarem o número de pessoas aqui estabelecido, bem como exigir o uso de máscara de proteção individual por parte dos participantes.

Art. 17. Aos velórios serão aplicadas as determinações e restrições quanto ao número de pessoas, tempo de permanência e tudo mais que as portarias e determinações do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde determinarem, observando ainda:

I – a não realização de velório em caso de óbito decorrente de COVID-19;

II – Prazo não superior a 02 h de velório em caso de falecimento por causa diversa ao COVID-19, restringindo-se a presença de apenas 10 (dez) pessoas da família.

Art. 18. As sanções aplicadas enquanto da vigência dos Decretos nº 107 e nº 166, os quais deixam de vigor à partir da vigência deste novo ato, permanecem produzindo seus efeitos administrativos e jurídicos quanto aquilo já praticado, devendo serem respeitados e validados todos os prazos e etapas dos procedimentos realizados enquanto da vigência destes.

Art. 19. O descumprimento das medidas destacadas no presente Decreto, além do previsto pelo §3º do Art. 7º do presente, implicará em multa, suspensão/cancelamento do alvará de funcionamento e lacração do local, além das medidas criminais pertinentes.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revisto e alterado a qualquer tempo, considerando os impactos que o COVID-19 pode provocar e tem provocado em nossa sociedade.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO-PA, aos 03 dias do mês de março de 2021.

MARCELO Assinado eletronicamente
FRANCA digital por
BORGES:4 MARCELO
46088616 FRANCA
CNPJ: 08095446608861
Dados: 2021.03.03
20 11:42:23 -03'00'

MARCELO FRANÇA BORGES
Prefeito Municipal

Rua Guarantã, 80 – Vila Paulista - CEP: 68.552-220
FONE/FAX: (94) 3424-1574/1850



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I - DECRETO Nº 30, DE 2021.

NOTA TECNICA Nº 004

**MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRENTAMENTO A COVID PARA A REABERTURA AS
ACADEMIAS, CROSSFIT E ATIVIDADES DE ARTES MARCIAIS**

Limpeza geral das unidades:

1. Disponibilizar recipientes com álcool em gel 70% para uso por clientes e colaboradores em todas as áreas da academia (recepção, musculação, peso livre, salas coletivas, vestiários, kids room, etc);
2. Disponibilizar fora da academia, um tapete molhado ou um recipiente com lâmina líquida de 1 cm de altura com desinfetante ou água sanitária para a higienização dos calçados antes da entrada;
3. Durante o horário de funcionamento da academia, fechar cada área de 1 a 2 vezes ao dia por pelo menos 30 minutos para limpeza geral (maçanetas, aparelhos de musculação, halteres, colchonetes e desinfecção dos ambientes (quaternário de Amônia)
4. Após o encerramento das atividades física diária realizar a desinfecção geral da academia com Quaternário de Amônia deixar o produto durante o período de fechamento noturno realizar a limpeza no outro dia antes da abertura;
5. Posicionar kits de limpeza em pontos estratégicos das áreas de musculação e peso livre, contendo toalhas de papel e produto específico de higienização para que os clientes possam usar nos equipamentos de treino, como colchonetes, halteres e máquinas. No mesmo local, deve haver orientação para descarte imediato das toalhas de papel.
6. Manter o local ventilado com janelas abertas.

DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO A SEREM ADOTADAS PELA AS ACADEMIAS

1- Uso obrigatório de equipamento de proteção individual (EPIs) para funcionários, personal trainers, alunos e terceirizados:



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

Máscaras - recepcionistas, professores, alunos, equipe de limpeza, gerentes e terceiros.

Devem ser seguidas todas as orientações da Organização Mundial de Saúde para uso desse equipamento.

- 2- Recomenda-se verificar com termômetro digital a laser à distância a temperatura de todos os entrantes. **Caso seja apontada uma temperatura superior a 37.8 °C, recomenda-se não autorizar** a entrada da pessoa na academia, incluindo clientes, colaboradores e terceirizados;
- 3- Deverá fazer a triagem antes da entrada do cliente, como questionar sobre queixas de síndrome respiratória, febre, tosse, dor de garganta ou desconforto respiratório; registrar a execução do fast track em formulário elaborado pela empresa contendo no mínimo o nome do aluno, endereço e telefone para contato a cada atendimento; se for identificado qualquer sintoma o atendimento deverá ser cancelado e o aluno orientado a buscar o serviço médico.
- 4- Se algum colaborador apresentar febre alta junto com algum outro sintoma de COVID-19, informar imediatamente à gerência local;
- 5- Esta vetado o uso de leitor digital para entrada na academia e catracas;
- 6- Limitar a quantidade de clientes que entram na academia: ocupação simultânea de 1 cliente a cada 4m² ;
7. Limitar a quantidade de clientes por horário de acordo com o espaço de cada academia estabelecido no item 6;
8. Delimitar com fita o espaço em que cada cliente deve se exercitar nas áreas de peso livre e cada cliente deve ficar a 1,5 metros de distância do outro;
9. Vetado atividade físicas coletivas;
10. Utilizar apenas 50% dos aparelhos de cardio, ou seja, deixar o espaçamento de um equipamento sem uso para o outro. Fazer o mesmo com os armários; Renovar todo o ar do ambiente, de acordo com a exigência da legislação, e fazer a troca dos filtros de ar, no mínimo 1 vez por mês, usando pastilhas adequadas para higienização nas bandejas do aparelho;
11. Comunicar para os clientes trazerem as suas próprias toalhas e garrafas de água para ajudar na manutenção da higiene dos equipamentos;



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

12. Expor aos clientes todos os manuais de orientação, folder e/ou áudio com instruções de prevenção no interior da academia, que possam ajudar a combater a contaminação do COVID-19;
13. Capacitar todos os colaboradores em como orientar os clientes sobre as medidas de prevenção.
14. O treino deve ser impresso pela recepcionista ou professor. Caso haja caixa de fichas os alunos devem manter sua ficha de treino consigo. É preferível que a academia disponibilize os treinos por meio eletrônico.

DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO A SEREM ADOTADAS POR CLIENTES

1. Higienização das mãos com água e sabão e/ou álcool em gel a 70% com frequência;
2. Uso de garrafa de água individual;
3. Uso de toalha individual;
4. Restrição de que não será autorizada a entrada de clientes nem funcionários e terceirizados com temperatura acima de 37.8°C;
5. Gráfico com a frequência diária por horário;
6. Recomendação para que os clientes evitem horários de pico e se programem para treinar em horários alternativos.
7. Realizar todas as orientações feitas pela a academia quanto ao uso de mascaras e distanciamento de 1,5mt;
8. Realizar a higienização antes e apos o uso dos aparelhos de musculação;

As determinações aqui apresentadas são requisitos obrigatórios no ato de fiscalização, ficando condicionada a retomada do funcionamento a autorização da Vigilância Sanitária quanto ao cumprimento do aqui exigido, estando o modelo de requerimento no anexo VIII deste decreto.

Redenção, 10 de Julho de 2020

ANEXO II - DECRETO Nº 30, DE 2021.

NOTA TECNICA Nº 005

MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRENTAMENTO A COVID PARA A REABERTURA DE RESTAURANTES, PIZZARIA, LANCHONETES, CONFEITARIAS, SORVETERIAS, AÇAITERIAS E AFINS

Aos estabelecimentos:

1. Realizar Campanha Educativa com orientações e medidas de prevenção adotadas pelo estabelecimento ao enfrentamento da COVID-19 (banners, áudio visual, cartazes, folders ou cartilhas explicativas);
2. Os estabelecimentos como restaurantes, pizzarias, lanchonetes, confeitarias, sorveterias e afins deverão providenciar que seja mantido separação mínima entre as mesas de 2 metros e entre as cadeiras de 1 metro;
3. Nas filas deve ser promovido o distanciamento de 1 metro entre os clientes, com demarcação no chão;
4. Disponibilizar fora do estabelecimento, um tapete molhado ou um recipiente com lâmina líquida de 1 cm de altura com desinfetante ou água sanitária para a higienização dos calçados antes da entrada;
5. Aos estabelecimentos que possuírem ambientes internos, **é obrigatório** o uso de termômetro Tipo de Não contato Infravermelho para verificação da temperatura de todos que adentrarem ao recinto. **Caso seja identificado uma temperatura superior a 37.8 °C, recomenda-se não autorizar** a entrada destes, incluindo clientes, colaboradores e terceirizados;
6. Só poderão ter acesso ao estabelecimento os clientes que estiverem de máscaras, e a retirada da mesma só será permitida durante as refeições.
7. Realize o controle de entrada e saída dos clientes a fim de evitar aglomerações;
8. Proibida a entrada de pessoas com sintomas gripais;
9. Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes e devem ser higienizados a cada uso;



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

10. Intensificar a frequência de higienização de superfícies (mesas, cadeiras, maçanetas, superfícies do bufê, área do café, balcões, teclados, máquina de cartão revestida de plástico filme, etc.) do estabelecimento bem como os procedimentos de higiene da cozinha e do (s) banheiro (s);
11. As lixeiras devem ser providas de tampa e pedal, nunca com acionamento manual - e precisam ser mantidas higienizadas diariamente.
12. Mantenha os dispensers e papeleiras dos lavatórios dos clientes, abastecidos de sabonete líquido, papel toalha descartável e, se possível, álcool em gel 70%, orientações sobre lavagem de mãos;
13. Os restaurantes e buffet (self service) devem colocar no local onde ficam os pratos e talheres, dispensadores de álcool 70% e luvas descartáveis para uso dos clientes. Os talheres para servir só poderão ser manuseados com as luvas. Deve ser mantido no início da fila de acesso ao bufê um funcionário ou cartaz com orientações para os clientes sobre a conduta descrita;
14. Os talheres de uso dos clientes devem ser higienizados com álcool 70% e embalados individualmente, bem como manter os pratos, copos e demais utensílios protegidos; Não será permitido o uso de toalhas de mesa de tecido.
15. Não será permitido a utilização de cardápios de papel ou plastificado. O menu deverá ser exposto em lousa ou cardápio digital, que o cliente pode acessar lendo um QR Code pelo celular.
16. Álcool em gel deve ser disponibilizado aos clientes na entrada e em pontos estratégicos do local (mesas, caixa, buffet).
17. A ventilação natural deve ser privilegiada, havendo a necessidade do uso de ar condicionado, a limpeza dos filtros deverá ser feita diariamente.
18. Após a lavagem dos utensílios (pratos, talheres, copos e etc) com água e sabão deixar em solução com hipoclorito de sódio por 10 minutos, em seguida enxaguar;
19. Manter o uso obrigatório de máscaras pelos colaboradores (administração, caixa, garçons, manipuladores de Alimentos, seguranças) realizando a troca no mínimo a cada 4h de trabalho ou sempre que se fizer necessário;



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

20. Medidas de distanciamento também devem ser promovidas na cozinha, assim como a divisão de trabalho em turnos;
21. Os locais para refeição de funcionários, quando presentes, deverão ser utilizados com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade (por vez). Deverão organizar cronograma para sua utilização de forma a evitar aglomerações e cruzamento entre os trabalhadores (fluxos interno e de entradas e saídas), além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);
22. Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos trabalhadores sobre a correta higienização das instalações, equipamentos, utensílios e higiene pessoal, com comprovação documental, de acordo com a Resolução RDC nº 216/2004 da ANVISA;

Aos clientes

1. Os clientes devem usar máscara ao entrar no estabelecimento, devendo retirar apenas no momento da refeição, colocando-a novamente após o término;
2. Ao entrar no estabelecimento realizar a higienização das mãos com álcool 70% ou água e sabonete líquido;
3. Quando se dirigir ao bufê o cliente deverá espalhar o álcool 70% em toda a superfície das mãos, friccionar por 20 segundos, calçar as luvas descartáveis para então começar a servir-se;
4. Os talheres para servir só poderão ser manuseados com as luvas;
5. Orienta-se que os clientes deverão permanecer apenas o tempo necessário para o consumo nos estabelecimentos;
6. Evitar tossir ou espirrar sobre os alimentos;
7. Evitar tocar o rosto, nariz, olhos e boca enquanto estiver se servindo;
8. Quando possível, realizar o pagamento com cartão, diminuindo o contato com o funcionário do caixa;
9. Realizar todas medidas de prevenção preconizadas pelo o estabelecimento.



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

10. Os proprietários deverão ter o controle de entrada de seus clientes, mantendo em arquivo, data e horário, nome e telefone de cada um que adentrou em seu estabelecimento. Caso seja necessário para conclusão de fechamento de investigação epidemiológico, o Departamento de Vigilância e Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Redenção fará solicitação dessas informações.

As determinações aqui apresentadas são requisitos obrigatórios no ato de fiscalização, estando as condutas e ações permitidas para este momento de pandemia e restrições devidamente estabelecidas, onde, o seu descumprimento implicará nas sanções administrativas e judiciais pertinentes.

Redenção/PA, 10 de julho de 2020.



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO III - DECRETO Nº 30, DE 2021.

Nota de Recomendação nº 005

Salões e Barbearias

Diante da situação de emergência em saúde pública no Brasil, causada pelo Novo Coronavírus, bem como o que é estabelecido pelas disposições da Lei nº 13.465 de 05 de fevereiro de 2020, observando ainda o Plano Nacional de Contingenciamento a COVID-19 no que tange às medidas de prevenção e controle e enfrentamento estabelecidas, além das recomendações estipuladas pela OMS, Ministério da Saúde, ANVISA e Secretaria de Vigilância em Saúde do Estado do Pará, a vigilância sanitária do Município de Redenção recomenda aos salões de beleza e barbearias que:

- Obrigatória a lavagem das mãos com água e sabão, higienização das mãos, bancadas, instrumentos de trabalhos (tesouras, pentes, escovas, secadores), cadeiras, lavatórios com álcool 70% ou outro mecanismo de desinfecção admitido, antes e depois de cada atendimento.
- Usar máscaras e aventais descartáveis durante o atendimento, descartando-os imediatamente após o uso.
- Evitar aglomerações no local, estabelecendo agendamento de clientes, bem como manter o ambiente limpo, arejado e ventilado.
- Disponibilizar meios de assepsia para os clientes e colaboradores mediante álcool 70% o água e sabão.
- Quando não houver agendamento, manter no máximo 01 (um) cliente em espera no local.
- Estabelecimentos que possuem mais de 05 (cinco) colaboradores, estabelecer sistema de rodízio dos mesmos, especialmente aqueles que executam os serviços de corte e demais tratamentos capilares, manicures, maquiadoras e similares.

As recomendações aqui estabelecidas se prestam a minimizar o contato entre profissional e cliente, bem como a pronta desinfecção como mecanismo de enfrentamento ao COVID-19, devendo ser atendida e demonstrada nos atos fiscalizatórios que o estabelecimento vier a sofrer, onde, o seu descumprimento implicará em sanções prevista nos atos pertinentes.

Redenção/PA, 02 de abril de 2020.



ANEXO IV - DECRETO Nº 30, DE 2021.

NOTA TECNICA Nº 008

**MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRENTAMENTO A COVID PARA
A RETOMADA AS AULAS.**

Ao estabelecimento:

1. Realizar Campanha Educativa com orientações e medidas de prevenção adotadas pelo estabelecimento ao enfrentamento da COVID-19 (banners, áudio visual, cartazes, folders ou cartilhas explicativas);
2. Distanciamento social;
3. Número de alunos por sala considerada a metragem quadrada de 1,5 m de distância espaço individual;
4. Cancelamento de atividades em grupo;
5. Controle de temperatura de estudantes e servidores;
6. Sinalização de rotas dentro da escola;
7. Uso obrigatório de máscara;
8. Lavatório e pias com dispensador de sabonete líquido, suporte com papel toalha, lixeira com tampa, acionamento por pedal, dispensadores com álcool em gel em pontos de maior circulação de pessoas (recepção, corredores);
9. Dosadores de álcool gel na entrada do estabelecimento para higienização das mãos quando entrarem e saírem da escola;
10. Rotinas de geração, higienização e desinfecção dos espaços escolares e de seus acessos (maçanetas das portas, balcões, mesas por exemplo).



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

11. Desativação de bebedouros com disparo para boca e incentivo á utilização de recipientes individuais;
12. Proibição do compartilhamento de materiais e equipamentos (copos, canetas, jalecos);
13. Logística para entrega de material impresso (apostilas seguindo todas as orientações preventivas sanitárias;
14. Realizar a higienização das salas, e mobiliario com álcool 70% e/ou quartenário de Amônia após o termino de cada turno de aulas.
15. Organização dos espaços de atividades de trabalho contemplam todas as medidas necessárias à biossegurança ;
16. As lixeiras devem ser providas de tampa e pedal, nunca com acionamento manual - e precisam ser mantidas higienizadas diariamente.
17. Mantenha os dispensers e papeleiras dos lavatórios dos clientes, abastecidos de sabonete líquido, papel toalha descartável e, se possível, álcool em gel 70%, orientações sobre lavagem de mãos;
18. A limpeza dos filtros das centrais de ar deverá ser feita diariamente.
19. No estágio das aulas práticas a ocupação máxima se dará de 50% dos espaços em salas e laboratórios, sem prejuízo do limite de 1,5 m quadrado por aluno.
20. Todos os colaboradores deverão, obrigatoriamente, fazer uso de máscara e protetor facial durante as atividades diárias.
21. **É obrigatório** o uso de termômetro Tipo de Não contato Infravermelho para verificação da temperatura de todos que adentrarem as escolas. **Caso seja identificado uma temperatura superior a 37.8 °C, veda-se a entrada destes.**
22. Proibida a entrada de pessoas com sintomas gripais;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

23. Aos clientes entrar no estabelecimento realizar a higienização das mãos com álcool 70% ou água e sabonete líquido;
24. Limitação na quantidade de pessoas permitidas no banheiro; caso o local apresente lotação máxima, é necessário aguardar do lado de fora nos espaços demarcados no chão até que outra pessoa saia do banheiro e seja permitida a entrada.
25. Obrigatoriedade da utilização dos EPI's (equipamento de proteção individual) nos laboratórios (máscaras, óculos de proteção ou face shields, avental e luvas);
26. Estabelecimento de limite de pessoas e de orientações para uso seguro por espaço, de acordo com sinalização visual;

As determinações aqui apresentadas são requisitos obrigatórios no ato de fiscalização, estando as condutas e ações permitidas para este momento de pandemia e restrições devidamente estabelecidas, onde, o seu descumprimento implicará nas sanções administrativas e judiciais pertinentes.

Redenção-PA, 28 de Agosto de 2020.

COE



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO V - DECRETO Nº 30, DE 2021.

NOTA TECNICA Nº 007

**MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRENTAMENTO A COVID PARA RETORNO DAS
ATIVIDADES ARTÍSTICAS DOS MÚSICOS EM BARES DE REDENÇÃO**

Aos Músicos:

1. É Obrigatório o uso de máscaras aos integrantes da banda, com exceção dos vocalistas durante suas apresentação;
2. Faixa de contenção e restrição de distância do palco para as mesas dos clientes de no mínimo 3 metros;
3. Álcool em gel em lugares estratégicos do palco;
4. Proibido a aproximação do público no palco durante as apresentações;
5. É vetado a dança afim de garantir o distanciamento social;
6. Cada banda com o dever de manter seus próprios equipamentos profissionais, tanto do de canto quanto o de uso pessoal;
7. Realizar Campanha Educativa com orientações e medidas de prevenção adotadas pelo estabelecimento e banda ao enfrentamento da COVID-19 no intervalo das apresentações (banners, áudio visual, cartazes, folders ou cartilhas explicativas);
8. Realizar a higienização dos instrumentos musicais inclusive microfone, com álcool 70% e/ou quartenário de Amônia no inicio e após o termino de cada apresentação.
9. As apresentações artísticas cústica só o poderão ser realizadas em estabelecimentos devidamente Licenciados e vistoriados pela a vigilância Sanitaria.

As determinações aqui apresentadas são requisitos obrigatórios no ato de fiscalização, estando as condutas e ações permitidas para este momento de pandemia e restrições devidamente estabelecidas, onde, o seu descumprimento implicará nas sanções administrativas e judiciais pertinentes.

Redenção/PA, 26 de Agosto de 2020.

COE

ANEXO VI - DECRETO Nº 30, DE 2021

NOTA TECNICA Nº 006

MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRENTAMENTO A COVID PARA A REABERTURA DO CINEMA

Ao estabelecimento:

1. Realizar Campanha Educativa com orientações e medidas de prevenção adotadas pelo estabelecimento ao enfrentamento da COVID-19 (banners, áudio visual, cartazes, folders ou cartilhas explicativas);
2. Todos os Funcionários deverão, obrigatoriamente, fazer uso de máscara e protetor facial durante o funcionamento
3. Nas filas deve ser promovido o distanciamento de 1 metro entre os clientes, com demarcação no chão;
4. Divulgação das vendas de ingressos online
5. Disponibilizar fora do estabelecimento, um tapete molhado ou um recipiente com lâmina líquida de 1 cm de altura com desinfetante ou água sanitária para a higienização dos calçados antes da entrada;
6. **É obrigatório** o uso de termômetro Tipo de Não contato Infravermelho para verificação da temperatura de todos que adentrarem as sessões. **Caso seja identificado uma temperatura superior a 37.8 °C, recomenda-se não autorizar** a entrada destes, incluindo clientes e funcionários;
7. Só poderão ter acesso ao estabelecimento os clientes que estiverem de máscaras.
8. Aumentar o intervalo de uma hora de uma sessão para a outra a fim de evitar aglomerações e realizar a higienização das salas.
9. A exibição de filmes somente no formato 2D, com intuito de evitar o contato dos clientes com os óculos 3D.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

10. Realizar a higienização das salas, poltronas com álcool 70% e/ou quartenário de Amônia após o termino da sessão.
11. Proibida a entrada de pessoas com sintomas gripais;
12. Vetada a entrada de pessoas pertencentes ao grupo de risco;
13. Os assentos deverão estar sinalizados alternando, a cada uma poltrona utilizada duas poltronas isoladas respeitando o distanciamento social de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;
14. É **Obrigatório** o uso da máscara por clientes dentro das salas durante a exibição do filme;
15. Intensificar a frequência de higienização de superfícies (cadeiras, maçanetas, balcões, teclados, máquina de cartão revestida de plástico filme, lpad, etc.)
16. As lixeiras devem ser providas de tampa e pedal, nunca com acionamento manual - e precisam ser mantidas higienizadas diariamente.
17. Mantenha os dispensers e papeleiras dos lavatórios dos clientes, abastecidos de sabonete líquido, papel toalha descartável e, se possível, álcool em gel 70%, orientações sobre lavagem de mãos;
18. A limpeza dos filtros das centrais de ar deverá ser feita diariamente.
19. Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos trabalhadores sobre a correta higienização das instalações, equipamentos, poltronas e banheiros.
20. Aos clientes entrar no estabelecimento realizar a higienização das mãos com álcool 70% ou água e sabonete líquido;
21. Realizar todas as medidas de prevenção preconizadas pelo o estabelecimento,
22. O cliente poderá garantir produtos da bomboniere através da venda online através do site.
23. Cabine de acrílico ou vidro na área do bombenier, realizar a higienização com frequência



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

- 24.** Nas filas da bomboniere, deverá ser garantido o distanciamento físico de no mínimo 2,0m entre cada cliente demarcados no chão.

As determinações aqui apresentadas são requisitos obrigatórios no ato de fiscalização, estando as condutas e ações permitidas para este momento de pandemia e restrições devidamente estabelecidas, onde, o seu descumprimento implicará nas sanções administrativas e judiciais pertinentes.

Redenção/PA, 26 de Agosto de 2020.

COE



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO VII- DECRETO Nº 30, DE 2021.

NOTA DE RECOMENDAÇÃO Nº09

MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRETAMENTO A COVID – 19 PARA RETORNO AS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Prezados senhores

Considerando a situação de emergência em saúde pública no Brasil, causadas pelo o Coronavírus e considerando a Lei Nº13.979 de 06 de fevereiro de 2020, de acordo com o Plano Nacional de Contingência ao Coronavírus, segundo as medidas de prevenção e controle ao Coronavírus pela OMS, Ministério da Saúde, ANVISA e Secretaria de Vigilância em Saúde, Decreto Municipal nº093/2020, a vigilância sanitária municipal de Redenção-PA recomenda como forma de prevenção e controle de transmissão do COVID – 19, serão permitida o retorno das praticas esportivas com seguintes recomendações.

- Adotar o uso obrigatório de máscara ao sair de casa;
- Ausência de sinais e sintomas de COVID-19 nos últimos 14 dias;
- Ausência de contato com qualquer caso suspeito de COVID-19 nos últimos 14 dias;
- Higienizar as mãos com água e sabão (de acordo com as recomendações) ou com álcool em gel 70%;
- Não cumprimentar ninguém com abraço, beijo ou aperto de mão;
- Levar ao treino somente o que for extremamente indispensável;
- Se tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com cotovelo flexionado ou lenço de papel;

Proibido

- Vedado presença de público;
- Vedado participação de atletas com sinais e sintomas de COVID-19 nos últimos 14 dias ou tenha contato com qualquer pessoa confirmado de COVID-19
- Proibido compartilhar objetos como garrafa de água ou copos;
- Evitar o compartilhamento de telefones entre outros objetos.
- Vedada a venda e consumo de alimentos nos locais da realização das atividades esportivas;



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

CUIDADOS AO CHEGAR EM CASA

- Usar máscara no trajeto para casa
- Retirar a roupa colocá-la para higienização e tomar banho logo em seguida. Não tocar em nada e ninguém antes do banho;
- Higienizar objetos como celular, carteira e equipamentos de treino com álcool 70%;

COE

Redenção, 28 de Agosto de 2020



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO VIII- DECRETO Nº 30, DE 2021.

MODELO DE REQUERIMENTO – FUNCIONAMENTO DE ACADEMIA

À
Coordenação de Vigilância Sanitária do Município de Redenção
Secretaria Municipal de Saúde do Município de Redenção

REQUERIMENTO

(NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA), devidamente registrada no (CPF/CNPJ), com endereço de funcionamento à (endereço da academia e/ou local de treino), em atenção ao estabelecido pelo Decreto Municipal nº (...), vem por meio deste solicitar a realização de fiscalização e, posteriormente, autorização para funcionamento do(a) (nome da academia e/ou local de treino), por ter promovido e cumprido todas as exigências estabelecidas pela Nota Técnica nº 005.

Redenção/PA, ____ de _____ de 2021.

(Nome do Requerente)



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO IX- DECRETO Nº 30, DE 2021.

MODELO DE REQUERIMENTO – REALIZAÇÃO DE EVENTO

À

**Coordenação de Vigilância Sanitária do Município de Redenção
Secretaria Municipal de Saúde do Município de Redenção**

REQUERIMENTO

(NOME DO INTERESSADO - PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA), devidamente inscrito no (cpf/cnpj), com endereço à (...), vem por meio deste solicitar **AUTORIZAÇÃO** para realização do evento de (casamento/aniversário/formatura), o qual tem data prevista para (dia/mês) do corrente ano, a ser realizado no(a) (local do evento), tendo seu início previsto para (horário de início), estando desde já ciente que o horário de término é o estabelecido por este decreto em seu §1º do Art. 11.

Na qualidade de responsável pelo evento, este é o meu requerimento

Redenção/PA, ____ de _____ de 2021.

(Nome do Requerente)



CERTIDÃO DE REPUBLICAÇÃO

Certifica-se para devidos fins de direito e para que sirva de documento hábil, que esta Secretaria Municipal de Administração fez a republicação no mural da sede da Prefeitura de Redenção, Estado do Pará, na data de 03/03/2021, às 11h 52min do seguinte documento:


DECRETO Nº 030, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre as medidas de enfrentamento ao Novo Coronavírus no âmbito do Município de Redenção, bem como a adequação e aplicação do programa RETOMAPARÁ do Governo do Estado do Pará na manutenção e retomada de atividades classificadas como não essenciais em Redenção.

A republicação foi realizada em conformidade com o artigo 74 da Lei Orgânica do Município.

Declaro para os devidos fins que o mural desta Prefeitura é o meio oficial de publicação de Leis e demais atos da Prefeitura Municipal de Redenção-PA.

Redenção-PA, aos 03 dias do mês de março de 2021.



SILVESTRE MONTEIRO FALCÃO VALENTE
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 001/2021